

Jornal Cidadela

EDIÇÃO Nº 1242 | JOACABA -SC, SEXTA-FEIRA 10 DE OUTUBRO DE 2025 | E-MAIL: ciudadela@uol.com.br | FONE/WHATS: (49) 9 9980-0604 - R\$ 4,00



Deputados barram aumento de impostos. Retira de pauta a MP de Lula

Página 12

oBoticário



Horário de verão não retorna em 2025, anuncia Ministério da Energia

Página 11

PMSC investe em tecnologia e reforça policiamento com início da 40ª Oktoberfest

A 40ª Oktoberfest Blumenau teve início na quarta-feira, 8 de outubro, no Parque Vila Germânica e na tradicional Rua XV de Novembro. A edição deste ano deve atrair mais de 500 mil visitantes ao longo dos 19 dias de programação, movimentando o turismo e a economia regional.



Reitor da Unoesc participa de sessão na Alesc que aprova mudanças no programa Universidade Gratuita e no Fumdesc

O reitor da Unoesc, professor Ricardo Antonio De Marco, que também exerce a função de vice-presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), acompanhou, junto a outros representantes da entidade, a sessão plenária realizada nessa terça-feira (7) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Na ocasião, foram aprovados dois projetos de lei de autoria do Governo do Estado que alteram o programa Universidade Gratuita e o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (Fumdesc).

As propostas, que agora seguem para sanção do governador Jorginho Mello, têm como objetivo aprimorar a governança e a fiscalização dos programas, garantindo maior transparência e efetividade na aplicação dos recursos destinados às bolsas de estudo. Os principais pontos do Projeto de Lei Complementar (PLC)



21/2025, que trata do Universidade Gratuita, e do Projeto de Lei Complementar, que trata do Fumdesc (PL671/2025), podem ser conferidos no site da Alesc (https://agenciaal.ale-sc.gov.br/index.php/noticia_sing le/alteracoes-no-universidade-gratuita-e-no-fumdesc-seguem-para-sancao-do-gov).

O reitor Ricardo Antonio De Marco destacou a

relevância das atualizações aprovadas pela Alesc, ressaltando, principalmente, que o programa Universidade Gratuita tem transformado o acesso ao ensino superior em Santa Catarina e que os ajustes visam fortalecer ainda mais essa política pública.

— O Universidade Gratuita representa um marco na história da educação catarinense, garantindo oportunidades reais para milhares de estudantes que, sem esse apoio, dificilmente conseguiriam ingressar e permanecer na universidade. As alterações aprovadas pela Assembleia fortalecem a transparência, aprimoram os critérios de concessão e reforçam o compromisso do Estado e das instituições comunitárias com a qualidade e a inclusão no ensino superior — destacou o professor Ricardo Antonio De Marco.



Joaçaba, a cidade das lombadas?



Por Rodrigo Pedrini

Joaçaba está parecendo a cidade das lombadas. Saio de casa e, em vez de contar passos, conto os “saltos” do carro no asfalto: aqui uma faixa elevada, acolá uma lombada, logo mais outra. Nos últimos anos, a Prefeitura anunciou e executou diversas implantações em ruas centrais e bairros, e o resultado é um coro de reclamações.

É verdade que a lombada tem seu lugar. Perto de escolas, em bairros residenciais, nas ruas em que crianças atravessam correndo, o dispositivo é um aliado. Ali, faz toda a diferença. Mas quando ela é espalhada sem critério pelas avenidas principais e pelas vias de alto fluxo, a consequência é conhecida: trânsito travado, transporte coletivo mais lento, aumento de consumo de combustível e até dificuldade para quem precisa chegar depressa em algum lugar.

Tenho um relato pessoal: quando fui vereador, chamei o Tenente-Coronel dos Bombeiros para falar na Tribuna Popular da Câmara de Vereadores sobre o assunto. Ele foi direto — as lombadas atrapalham muito o trabalho de socorro. Cada obstáculo no asfalto é um segundo a mais perdido em uma emergência e, em situações de vida ou morte, segundos fazem toda a diferença.

O trecho que liga Joaçaba a Luzerna é o exemplo mais citado. São tantas faixas elevadas e lombadas que a viagem virou uma sequência de solavancos. Uma verdadeira travessia galopante de cotoveladas asfálticas. Comerciantes reclamam, motoristas se irritam, e os serviços de urgência enfrentam uma estrada que mais parece um campo de obstáculos.

Não é que devamos “abolir” as lombadas. A questão é simples: instrumento bom, mal usado vira problema. Em bairros, protege. Em corredores de alto fluxo, estrangula. É hora de discutir alternativas técnicas: rotatórias bem planejadas, semáforos inteligentes, fiscalização eletrônica, estudos sérios de tráfego.

A cidade precisa de menos improviso e mais critério. Que se façam levantamentos de tráfego, estudos de acidentes e consultas aos serviços de emergência antes de encher o asfalto de ressaltos. Que haja transparência: informar a população onde e por que se instala uma lombada é parte do respeito ao cidadão.

Lombada é remédio, não sobremesa. Em pequenas doses, na hora certa, faz bem. Mas quando exageramos, o que era solução vira problema. Joaçaba precisa cuidar da mobilidade com o mesmo zelo que dedica à segurança. Só assim deixaremos de tropeçar, todos os dias, no asfalto do nosso imediatismo em instalar barreiras.

Jornal Cidadela

RAZÃO SOCIAL: JORNAL E PORTAL CIDADELA LTDA - CNPJ/MF: 08.955.145/0001-58

Ofício do Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos nº 038 Livro B-02, fls. 007

SEDE: JOAÇABA - SC. - E-mail: cidadela@uol.com.br - Fone/WhatsApp: 55 (49) 9 9980-0604

Endereço: Trav. Armino Haro, 51, - Bairro Cruzeiro do Sul - JOAÇABA - SC - CEP 89600-000

Editor Responsável: Mário Serafin - Registro SC 1671 - JP

EDIÇÃO Nº 1242 - SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2025

Tiragem desta Edição: 2.500 (quatro mil exemplares)

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores



Vamos "domingar" no Dia da Criança, na Cidade Alta em Joaçaba

Por Euclides Riquetti*

No domingo, dia de Nossa Senhora Aparecida e da Criança, as atenções se voltam para as festas em honra à Padroeira do Brasil e à promoção de atividades alusivas às crianças. Em Joaçaba, o Poder Público Municipal, em conjunto com a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cidade Alta, promovem, naquele bairro, o evento denominado “Domingou no Bairro”.

Um evento já aconteceu na cidade, havia o segundo programado para o bairro Clara Adélia, que acabou suspendido por causa do possível mau tempo, e será editado em Novembro. O segundo “domingou” acontece na sede comunitária do bairro que se convencionou chamar de Joviva. A estrutura compreende um salão comunitário de médio porte, campo de futebol suíço, academia ao ar livre e um pátio gramado.

Há grandes expectativas com relação à programação, que é organizada pelo setor de comunicações e eventos da Prefeitura de Joaçaba, sob a batuta do Secretário Paulo Krauze. A mobilização da comunidade e de setores do Município garante muita atividade recreativa, com presença e auspícios da Educação, Cultura, Esportes, Social e Saúde. Uma estrutura da Prefeitura será instalada para que todos os participantes possam se recrear com conforto e segurança.

A Diretoria da Associação de Moradores do Bairro Jardim Cidade Alta, presidida por este colunista, além da parceria com a Prefeitura, procurou as entidades mais próximas para organizar a forma de atender os presentes com a venda de alguns alimentos. A APP da Escola Mercedes do Nascimento instalará barraca de venda de bebidas não alcoólicas e pastéis. O Grupo de Idosos fará a venda de chachorro-quente e bolos em pedaços. O grupo de ginástica que funciona na sede associativa cuidará da preparação de pipocas, que serão distribuídas gratuitamente para as crianças. Os produtos a serem comercializados obedecerão critérios sanitários e os preços praticados serão os que não venham a explorar os participantes.

Artesãos da Associação dos Artesãos de Joaçaba estarão presentes com seus artesanatos e terão seus produtos ricamente criados sendo vendidos por valores módicos. As pessoas podem ir comprando lembranças para presentear familiares e amigos no Natal. Aliás, há um movimento para que o artesanato volte a ter um local permanente para exposição e vendas, como aquele que havia na antiga Biblioteca. O programa Tranças da Terra também se esvaziou e, quando se fala em turismo, a ideia de produção local precisa estar presente.

Na parte das apresentações artístico-culturais, o Setor de Cultura e o de Educação deverão trazer estudantes e outros talentos para se apresentarem. Ressalte-se que, recentemente, no Dia do Idoso, um evento extraordinário, com show de talentos de pessoas idosas aconteceu no teatro Alfredo Sigwalt, com forte presença de pessoas, organizado pelo Centro de Referência do Idoso de Joaçaba.

E o Turismo, como vai?

Fiz uma de minhas costumeiras viagens à Ilha da magia, nossa bela Florianópolis, tendo passado por Balneário Camboriú e Itapema. A Rodovia que nos leva até Blumenau teve avanços, mas há ainda muitos gargalos, lotes em que ainda não foi iniciada nenhuma intervenção. Problemas em licenciamento

ambiental e indenizações travam a execução de projetos importantes para os catarinenses. E também a falta de liberação de recursos do Governo Federal para se honrar compromissos com as empreiteiras. Há duas décadas esperamos para que a BR 470 seja duplicada ou receba melhorias importantes. Vamos ter que esperar mais uma!

A BR 101, na região metropolitana de Florianópolis recebeu um desafio com a inauguração de uma via paralela, uma espécie de contorno viário. Isso nos ajuda muito. Estradas boas ajudam no desenvolvimento econômico e, para o nosso litoral, na atividade turística. Para nossas pequenas cidades, é importante termos estradas rurais transitáveis, sinalização turística indicativa dos rumos e sintonia entre o Poder Público e a iniciativa privada. Temos o potencial, mas precisamos melhorar. A sonhada Cidade do Samba é importante para Joaçaba. Há outras ações que não ensejam alto custo e ajudam em muito. Só consegue dinamizar o turismo quem viaja, quem conhece, quem busca ideias em outros lugares. A ida de um grupo de pessoas ao Rio de Janeiro para conhecer as oficinas das escolas de samba foi uma atitude excelente. Parabéns ao Ricardo Nodari e seu grupo que lá estiveram e voltaram com ideias que poderão nos ajudar.

Euclides Riquetti – Escritor

www.blogdorigueti.blogspot.com



Governo de SC sanciona lei que aprimora Universidade Gratuita e Fumdesc e oficializa melhorias nos programas

Fotos: Guilherme Bento/SECOM GOVSC

O Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED), deu mais um importante passo para aperfeiçoar os programas Universidade Gratuita e Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (Fumdesc). Nesta quinta-feira, 9, o governador Jorginho Mello sancionou a lei que promove mudanças fundamentais nas duas iniciativas que são referências nacionais no acesso e permanência no ensino superior.

“São aprimoramentos que vão fortalecer ainda mais esses dois grandes programas, que só existem aqui. Criamos o Universidade Gratuita e o Fumdesc para realizar sonhos e transformar vidas pelo ensino. E mais de 50 mil catarinenses já tiveram essa sensação

maravilhosa de estudar no curso que sempre quiseram, mais de 80% ex-alunos das nossas escolas públicas. Cuidar desses programas é essencial pro futuro de Santa Catarina”, destaca o governador Jorginho Mello.

Os ajustes propostos nas Leis nº 831 e nº 18.672, de 2023, são decorrentes do acompanhamento feito pelo Governo do Estado e de apontamentos trazidos pelos órgãos de controle. O objetivo é aperfeiçoar a execução dos programas, reforçar a transparência e a fiscalização, bem como garantir maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

“Foi um período muito intenso de estudos para chegarmos a essas alterações aprovadas e que, com certeza, farão muito bem a essas iniciativas tão transformadoras. O



Universidade Gratuita e o Fumdesc estão ainda melhores e continuarão realizando milhares de sonhos por todo o estado de

Santa Catarina”, ressalta a secretária de Estado da Educação, Luciane Bisognin Ceretta.

A transformação proporcionada pelos programas se justifica ainda mais pelos números, já que 82% dos beneficiados são estudantes que realizaram o ensino médio em escolas públicas estaduais. Além disso, o número de estudantes que conciliam a formação com uma jornada de trabalho também se destaca. Entre todos os contemplados, 85% fazem esse esforço duplo de estudar e trabalhar para garantir um futuro melhor na carreira. Já são 54 mil benefícios concedidos em apenas dois anos.

Conheça as principais mudanças nos programas

- Fortalecimento da Comissão Estadual de

Fiscalização de ambos os programas, garantindo maior legitimidade, participação social e efetividade nas decisões;

- Definição de critérios mais objetivos de seleção dos beneficiados, com teto de R\$ 1,5 milhão para os bens do grupo familiar e padronização da renda familiar per capita inferior a quatro salários mínimos para todos os cursos;

- Determinação de um valor máximo para pagamento de cada mensalidade e alteração do cálculo do índice de carência (IC), atribuindo maior peso aos estudantes inscritos para vagas em cursos de graduação em engenharias e licenciaturas;

- Ampliação das penalidades aplicadas aos estudantes que fraudarem os processos.



INTERATIVA CONTABILIDADE

**ABERTURA DE EMPRESAS - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - IMPOSTO DE RENDA
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CONTABILIDADE GERENCIAL - CUSTOS**

FONE: (49) 3521-2672 - Rua Getúlio Vargas, 78 - Ed. Bonato - Centro 89600-000 - Joaçaba - SC.

Exportações de carnes de Santa Catarina batem recorde histórico de receita em setembro

Santa Catarina encerrou o mês de setembro de 2025 com resultados históricos nas exportações de carnes. O Estado exportou 197,7 mil toneladas em carnes (frango, suínos, perus, patos, marrecos, bovinos e outras) totalizando US\$ 438,1 milhões em receitas — o maior valor mensal já registrado na série histórica, iniciada em 1997 e o segundo melhor desempenho em quantidade.

Na comparação com agosto deste ano, a alta foi de 29,9% na quantidade e de 29,5% no faturamento. Em relação a setembro de 2024, os embarques das carnes cresceram 14% em volume e 13,5% em receita. Os números são divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e sistematizados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa).

“Eu não tenho dúvida de que o que a gente produz em Santa Catarina, todos os países do mundo querem comprar. É reflexo de todo esse trabalho de apoio que temos junto aos produtores e às agroindústrias. São centenas de milhares de catarinenses envolvidos nessa produção que começa lá em uma pequena propriedade familiar e chega a mais de 150 países”, comemora o

governador Jorginho Mello.

Para o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Chiodini, os números refletem a força do agronegócio catarinense. “Santa Catarina demonstra, mais uma vez, sua capacidade de reagir com agilidade aos desafios e manter a confiança dos mercados internacionais. Esses resultados comprovam o trabalho sério do setor e a eficiência da nossa sanidade animal e de toda cadeia produtiva”, destaca Chiodini.

Carne de frango

As exportações de carne de frango somaram 116,7 mil toneladas em setembro, movimentando US\$ 232 milhões. Esse é o melhor desempenho mensal desde maio de 2019, tanto em volume quanto em receita. O crescimento foi de 30% em quantidade e 30,2% em valor na comparação com agosto. Em relação a setembro de 2024, os aumentos foram de 10,7% e 4%, respectivamente.

No acumulado do ano, Santa Catarina exportou 874 mil toneladas de carne de frango, com receitas de US\$ 1,78 bilhão, altas de 2,1% em volume e 6,6% em valor. O analista da Epagri/Cepa, Alexandre Giehl, explica que os volumes de setembro também demonstram a gradativa recuperação das



Foto: Jonatã Rocha / SECOM GOVSC

exportações brasileiras e catarinenses, após a suspensão temporária devido o foco de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), em granja comercial, no Rio Grande do Sul — atualmente declarado erradicado.

“Santa Catarina respondeu por 25,5% da receita e 23,3% da quantidade das exportações brasileiras de carne de frango no acumulado de janeiro a setembro, reforçando sua posição como segundo principal estado exportador do produto. A participação do estado vem crescendo ao longo deste ano, superando os patamares registrados no ano passado (23,5% da receita e 20,6% da quantidade)”, explica Giehl.

De janeiro a setembro, os principais mercados foram Arábia Saudita, Japão, Países Baixos e Emirados Árabes Unidos.

Carne suína

A carne suína catarinense alcançou em setembro o maior valor mensal de exportação já registrado: US\$ 181,6 milhões, com 72,3 mil toneladas embarcadas. O volume representa um aumento de 28,3% em relação a agosto e de 17,7% frente a setembro de 2024. Em quantidade, esse foi o segundo maior volume já exportado pelo Estado, atrás apenas de julho de 2022.

De janeiro a setembro, Santa Catarina exportou 562,2 mil toneladas, gerando US\$ 1,39 bilhão em receita — aumentos de 6,6% e 14%, respectivamente, comparados ao mesmo período de 2024.

Os principais mercados da carne suína catarinense no período foram: Japão, Filipinas, China, Chile e México. Santa Catarina

consolidou sua liderança nacional nas exportações de carne suína, respondendo por 51,5% da quantidade e 52% da receita do país.

No acumulado do ano

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, o Estado exportou 1,49 milhão de toneladas de carnes, com faturamento de US\$ 3,30 bilhões — altas de 3,0% em volume e 9,9% em valor em comparação com o mesmo período de 2024. Esses são os melhores resultados já registrados para o período, tanto em valor quanto em quantidade, desde o início da série histórica, em 1997.

Por Andréia Cristina Oliveira
Assessora de Comunicação
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária

Seletivo Unoesc Verão 2026

sua melhor **ESCOLHA** é a **UNOESC**

Inscrições e matrículas **GRATUITAS**
unoesc.edu.br

UNOESC GRÁTUA SANTA CATARINA

*Exceção para o curso de Medicina, de acordo com a Instrução de Trabalho nº 007/DIREXEC/2025.

Cursos de Graduação PRESENCIAL **MATRÍCULAS GRATUITAS** **BOLSAS DE ATÉ 100%** pelo Programa Universidade Gratuita

Cursos de Graduação ON-LINE E SEMIPRESENCIAIS **MATRÍCULAS GRATUITAS** **BOLSAS DE 30%***

*Conforme Instrução de Trabalho nº 007/DIREXEC/2025.



Meu Brasil brasileiro!

Por Neusa Maria Breda

1. O principal impacto

Os estudos da Fiesc indicam que a perda de exportações pode levar a uma redução de 0,53% do PIB da Serra e ameaça em Santa Catarina é a queda expressiva nas exportações para os Estados Unidos devido ao tarifaço imposto pelo governo americano, afetando setores como móveis, madeira, e peças de motor, e colocando o estado em risco de perda de empregos e até de queda no PIB. Em resposta, o governo estadual e a Fiesc lançaram programas de apoio a indústrias e trabalhadores, além de um pacote emergencial de R\$ 435 milhões em medidas financeiras e tributárias.

Impactos Econômicos

Setores Atingidos:

As exportações de madeira e móveis são os mais afetados, com quedas significativas em peças de motor, e outros produtos industriais.

Perda de mercado: As exportações catarinenses para os EUA caíram 55% em setembro de 2025, derrubando o estado do primeiro para o quarto lugar em destinos de exportação.

Perda de Empregos e PIBs: milhares de empregos diretamente ligados às indústrias.

Ações de Apoio:

O programa "desTarifaço" da Fiesc oferece capacitação e acesso a crédito, enquanto o governo estadual lançou um pacote emergencial de R\$ 435 milhões para apoiar os exportadores.

Nossa geografia e Regiões afetadas:

Serra e Vale do Itajaí:

As regiões mais afetadas pela queda nas exportações são a Serra e o Vale do Itajaí, especialmente cidades com forte concentração de indústrias de madeira e móveis.

Norte de SC:

A região Norte, com municípios como São Bento do Sul e Rio Negrinho, que direcionam 60% de sua produção para os EUA, também sente os impactos do tarifaço.

Outros Impactos

Ameaça à Estagnação Econômica:

A combinação dos impactos econômicos pode acelerar a estagnação econômica e intensificar a migração populacional no estado.

Programas de Apoio:

A Fiesc e o governo estadual atuam no apoio às indústrias e trabalhadores afetados para mitigar os impactos negativos.

SC apoia indústrias e trabalhadores afetados por tarifaço dos EUA

29 de ago. de 2025 — Como SC quer apoiar indústrias e trabalhadores afetados pela taxação imposta pelos EUA. ... Santa Catarina, um d...

Tarifaço de Trump: vendas de SC para os EUA caem quase 20%

6 de set. de 2025 — Setor de madeira e móveis em SC é o mais

afetado com tarifaço de Trump. O setor de madeiras e móveis sentiu a quebra.

2. O vai e vem!

Parece incrível mas Tarcísio de Freitas ou é bobo ou faz o que os outros querem.

Este senhor já passou do tempo que fazia o que os outros queriam porque tem idade suficiente para fazer o que quer mas infelizmente não é dono do seu destino ou não passa de uma Maria vai com as outras.

Os políticos estilo macaco velho sabem muito bem como atuar porque já passaram por muitos problemas e souberam resolver e sempre repetem que chega ou momento em que voice vai, querendo ou não, empurrado ou não, aceite ou não, sacrificado ou não, para qualquer disputa.

Parece ser isto que passou Tarcísio independente dos motivos! Acreditamos que foi isto que aconteceu porque foi barrado pelo centrão de um lado e por Bolsonaro de outro.

Se você pensar vai notar que não é qualquer um que chega lá como uma figura que todos aceitam e o queiram lá em cima. Na realidade o grupo do centrão que aceitaria até uma gestão petista acreditavam que o governador de São Paulo seria alguém capaz de vencer mas resolveu acreditar em Bolsonaro.

Inveja mata ! Que pena! E tem gente que não vê nada! Acredito que não poderia atropelar Bolsonaro e seus familiares e principalmente os dois: o que já está analisando todo o possível e o destrambelhado que está fora do Brasil.

Quem acredita nesta tropa?

Se a gente pensar mais a gente pode ir junto com Tarcísio que tem agora uma eleição praticamente ganha e Lula não estaria novamente e nem terá que aguentar Eduardo Bolsonaro ou o pai novamente!

Pelo amor de Deus! Não merecemos isto tudo!

E o outro, Tarcísio, terá que aturar a turminha e será obrigado a rezar a cartilha da família sem qualquer questionamento, sob o risco de ser abandonado ou traído, sem nada, com o lançamento de uma candidatura com o sobrenome de Jair. Significa dizer que terá que atuar a turminha toda e rezar na cartilha!

O plano da família é colocar Eduardo e é certo que não poderá voltar ao País, será inelegível e será carta fora do baralho.

Eduardo continua em conspiração com Trump para salvar o pai e ele também. De Jair a Michelle, junto com Flávio, as pesquisas mostram que a rejeição à família aumentou.

Se Lula melhorar e chegar ao ponto de se tornar favorito, coisa que não queremos, pode ser que a turminha de

Bolsonaro e pode ser que a turma resolva escolher perder um dos seus para manter o controle da direita. Já melhora!

Com o tarifaço de Trump, que impôs tarifas de até 50% sobre produtos exportados aos EUA, Santa Catarina já sente os reflexos na sua economia, em algumas regiões mais que outras.

A Fiesc analisou o cenário e chegou a conclusão que os impostos são mais severos em regiões e municípios com baixa diversidade econômica e forte dependência do mercado americano.

O levantamento analisou diferentes cenários de redução das exportações no curto e no longo prazo. Em todos os casos, a região Serrana seria a mais atingida.

Pablo Bittencourt, economista-chefe da Fiesc, aponta que mesmo no cenário mais otimista, estima-se queda de 0,53% do PIB da região Serrana. O impacto pode acelerar a estagnação econômica e intensificar a migração populacional.

Foram simuladas reduções de 30%, 50% e 70% das vendas externas para os Estados Unidos. No cenário mais severo, a perda de 70% das exportações resultaria em mais de 100 mil empregos a menos no estado em um período de dois a quatro anos.

A região Norte apresentaria impactos ligeiramente menores, apesar da semelhança em diversificação econômica com a Serra. Municípios industriais como Joinville ajudariam a amortecer os efeitos.

O Vale do Itajaí também sentiria fortes impactos, especialmente em municípios com economia madeireira, como Presidente Getúlio, além de exportadores de máquinas e produtos metálicos, como Blumenau e Pomerode. No Sul, os efeitos seriam mais limitados. Apesar da concentração de molduras em Braço do Norte, a diversidade econômica com exportações de cerâmica, químicos e mel que reduziriam as perdas.

No Oeste apresentaria situação semelhante à do Norte e do Vale do Itajaí, sendo afetado pela dependência da produção de madeira em municípios como Caçador, Passos Maia e Vargeão e pela indústria de sucos. Entretanto, a custo prazo, a grande Florianópolis sofreria impactos quase nulo

Num cenário de redução de 30% das exportações em até dois anos, o tarifaço de Trump seria responsável por um recuo de R\$ 1,2 bilhão no PIB catarinense. Que tal?

A estimativa também aponta a perda de cerca de 20 mil empregos e queda de R\$ 171,9 milhões na arrecadação de ICMS. Entre os municípios, os mais suscetíveis a sofrer impactos são Salete, Capão Alto, Itá, Benedito Novo e Caçador. Triste sina? Pode ser!!!

3. Até que enfim!!!

Parece que resolveram criar vergonha! O conselho de Ética da câmara dos deputados resolver instaurar processo disciplinar contra os deputados Marcos Pollon, do PL, Marcel Van Hatter do Novo e Zé Trovão em razão da participação no motim realizado no Plenário da Casa, no início de agosto!

Os processos foram apresentados pela Mesa Diretora da Câmara e receberam parecer favorável do corregedor da casa, deputado Diego Coronel.

O corregedor inclusive sugeriu ao Conselho de Ética da Câmara a suspensão do deputado Pollon por 90 dias e de Marcel Van Hattem e Zé Trovão por 30 dias acusados de obstrução da cadeira da presidência. Importante salientar que por mais de 30 horas tanto deputado como a oposição ocuparam o plenário da Casa e impediram o funcionamento da mesma por conta da prisão do ex-presidente Bolsonaro.

Por outro lado o Conselho de ética abriu processos disciplinares contra deputados que demonstraram graves comportamentos que precisou de analisar a atuação dos envolvidos. Assim a Corregedoria da Câmara avaliou que há elementos suficientes para uma punição mais severa a Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão. Os nomes já dizem tudo!

Três processos, que tratam de condutas que impediram o acesso de Motta à mesa de comando do plenário, terão um único relator. A escolha será feita entre três nomes: Castro Neto do PSD, Albuquerque dos Republicanos e Zé Haroldo Cathedral do PSD.

Um procedimento contra Marcos Pollon por ofensas ao presidente da Câmara caminhará de forma separada. Os potenciais relatores são: Castro Neto PSD, Moses Rodrigues, União e Ricardo Maia, MDB. Na realidade tentando impor a volta da Casa, Motta chegou a anunciar que deputados que impedissem os trabalhos poderiam ter os mandatos suspensos. O que se viu, no entanto, foi uma fragilização do paraibano.

Na noite de quarta, Motta caminhou até a mesa de comando do plenário, tentou assumir a cadeira de presidente e recuou após Marcel van Hattem se recusar a deixar o assento. O presidente da Câmara conseguiu se sentar apenas depois de ser escoltado por aliados.

Ao analisar a atuação dos envolvidos, a Corregedoria da Câmara avaliou que há elementos suficientes para uma punição mais severa a Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão.

Três processos, que tratam de condutas que impediram o acesso de Motta à mesa de comando do plenário, terão um único relator. A escolha será feita entre três nomes: Castro Neto, Albuquerque, Republicanos e Zé Haroldo Cathedral, PSD!.

Um procedimento contra Marcos Pollon por ofensas ao presidente da Câmara caminhará de forma separada. Os potenciais relatores são: Castro Neto PSD, Moses Rodrigues, União e Ricardo Maia, MDB.

Não é assim que a gente resolve tudo!. Na realidade tem uma turma lá que se acha dona de tudo, que faz e acontece!

Tem que ser processado para aprender a atuar e agir coerentemente e não como fizeram ! O tempo faz a gente aprender, não é ?

Um grande abraço em todos e ótima semana que vira! Saúde e Paz!



Está acontecendo

Por Vinicius Schmitz de Carvalho, advogado

Nesta semana em curso, estamos acompanhando com certa ansiedade, o que vem acontecendo no Brasil e no Mundo. Em alguns acontecimentos pensa-se, o que trará de proveito ao Brasil, pelos desacertos e falta de diplomacia entre governos externos. Não podemos deixar de evidenciar uma boa notícia do Governo da América do Norte, na chancela de Donald Trump, que conseguiu implementar um plano de paz na faixa de Gaza, possibilitando o fim da guerra entre Israel e Hamas.

Esta guerra entre Israel e a Palestina (Hamas, Hezbollah, Iran), apesar dos constantes embates anteriores, em represália aos ataques de 07 de outubro de 2023, que gerou a morte de mais de 1200 pessoas de inúmeras nacionalidades, poderá finalmente chegar ao fim.

Entre as condições do acordo de paz, está a troca de prisioneiros de Israel mantidos em Israel, estimados em aproximadamente 2000 terroristas, por 48 sequestrados pelo Hamas (48 dos 251 sequestrados), que não se tem conhecimento de quantos ainda estarão vivos. Certamente que demandará longas horas, para ser implementado esta troca de prisioneiros e sequestrados.

Entre as condições do acordo, está também o desarmamento do Hamas; a retirada gradual de Israel da faixa de Gaza; uma transição de governo na faixa de Gaza. Mas ao final, havendo um acordo de paz, pelo encerramento desta guerra, com o término da mortandade, de parabéns o Presidente Donald Trump.

Tivemos na quarta feira (08/10), na Câmara dos Deputados Federais em Brasília, a retirada de pauta da Medida Provisória (MP 1303/25) que possibilitava o aumento do Imposto sobre operações financeiras-IOF. Pasmem! O Ministro Fernando Haddad, declarou que o legislativo trai o povo, pelo sepultamento da intenção de aumentar a carga tributária ao povo brasileiro.

Nosso Ministro Fernando Haddad, oferta ao povo notícias sem fundamento, ao comentar que este aumento do IOF somente irá atingir os mais

ricos, quando a realidade é outra, senão, que principalmente a classe menos abastada também será atingida com este imposto, pois toda e qualquer operação de crédito, atinge a todos, não havendo distinção entre ricos e pobres.

Exemplificando: um empréstimo consignado (prática entre as pessoas de baixa renda), incide 0,38% de IOF, no ato do empréstimo; a compra de uma geladeira a prazo ou com cartão de crédito em parcelas, incide o IOF; a contratação de um seguro de veículos, danos em residências, etc., incide o IOF; cartões de crédito e débito de uso internacional, incide IOF de 3,5% e assim por diante, todos se submetem a esta tributação, sem distinção de classe.

Conforme já por mim noticiado no Jornal Cidadela, o IOF foi criado como um tributo regulador da economia (Lei Federal nº 5.143/66) e não sinônimo de arrecadação, como atualmente pretende o Ministro Fernando Haddad. Esta tentativa de aumentar a carga tributária, já anteriormente, gerou uma verdadeira revolta nos meios noticiosos, causando no meio político, um enorme vácuo pela reprovabilidade da pretensão contra o bolso do povo. De parabéns o Legislativo, em não deixar passar mais esta capivara.

Está também acontecendo no Brasil, a Conferência das Nações Unidas -COP30, que irá ocorrer entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025, na cidade de Belém. Temos acompanhado, que toda a estrutura que vem sendo montada, com grandes recursos do Governo Federal, para implantar rodovias de acesso a cidade, melhoria nos sistemas de esgotos, abastecimento de água potável, melhoria em aeroportos, ajardinamento nos acessos da cidade e locais onde os visitantes irão circular, visando criar uma capa mais atrativa para a cidade de Belém.

Mas primordialmente, em toque de caixa, existe um mutirão do Governo Federal, para criar alojamentos e hospedagens para os visitantes, que devem superar os 60.000 participantes, em especial governantes de outros países e suas enormes comitivas. O mais grave problema, está

exatamente na falta de acomodação para a avalanche de visitantes, que em aproximadamente dez dias estarão em Belém para a COP30. Em primeiro plano, houveram inúmeras edificações de novos hotéis, para aumentar o número de acomodações e hospedagem, depois veio o grave problema de países ameaçando cancelar a participação, devido aos altos custos praticados nas reservas pelos hotéis, que foram considerados espoliativos e inexplicáveis, havendo a intermediação do Governo Central, em subsidiar os países reclamantes, visando evitar a evasão e o insucesso da Conferência no Brasil. É ventilado nos meios noticiosos, que será utilizado dois navios de Cruzeiro em Belém, para em acomodações flutuantes, alojar parte dos visitantes. Como o número de leitos em hotéis não conseguem atender a demanda de visitantes, foram melhoradas inúmeras residências particulares, para servir de alojamento a visitantes, e até edificações de locais, ofertadas na modalidade de flexibilidade da plataforma de "Airbnb". Havendo inclusive um aparente turismo de servidores públicos, que pretendem se alojar nos navios, em face uma proposição do Governo, em transferir Brasília para Belém nestes dias de Conferência, transferindo repartições públicas e gabinetes para o local do Evento COP30. Como sempre, no Brasil do Carnaval, tudo é festa.

Não podemos deixar de evidenciar, que está acontecendo a esperada conversa presencial entre o Presidente Lula e Donald Trump. Inicialmente houve um inesperado encontro em New York, dentro das instalações das Nações Unidas, com um cumprimento de poucos segundos, mas com a promessa de ambos em promoverem um encontro. Na Segunda feira (06/10), veio a ocorrer um contato via telefone entre o Presidente Lula e Donald Trump, onde nada foi evidenciado ou resolvido, tendo Trump repassado o assunto para o Secretário de Estado Marco Rubio. Este Imbróglio das tarifas alfandegárias aplicadas pelo Estados Unidos da América, ao

Brasil, no equivalente a 50%, difundidas como "tarifaço de Donald Trump", continuam impactando a economia do Brasil e uma grande apreensão dos exportadores. Certamente, que em havendo o encontro pessoal do vice-presidente Geraldo Alekmin (também Ministro do Desenvolvimento do Brasil), Ministro Fernando Haddad e o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira e Marcos Rubio dos Estados Unidos da América do Norte, haverá uma costura (alinhavo) das concessões e cessões, que certamente somente serão concretizados com o encontro entre o Presidente Lula e Donald Trump. O empresariado brasileiro, está ansioso por alguma negociação entre os países e culpa da inércia ao Ministro Fernando Haddad e o Governo Central, que desde o mês de julho do corrente ano, não foram atuantes em buscar uma negociação, ficando em meras retóricas e agressões por palavras. Outros países, como a China, Índia, Alemanha, França, entre outros, já promoveram encontros e acomodaram a bilateralidade das tarifas entre os países.

Este tarifaço de 50% nas exportações brasileiras aos Estados Unidos da América do Norte, já gerou uma redução na exportação de mais de 20%, trazendo no colo um caos na economia brasileira, pois com esta taxa, nossos produtos perderão a competitividade no mercado lá fora. É urgentíssimo um encontro diplomático, para aparar arestas e retirar querelas, por erros de atuação, que geraram animosidades, que devem ser reparadas, pois o Brasil precisa essencialmente dos Estados Unidos, que é um grande consumidor de nossos produtos.

Está acontecendo no Brasil, por nosso Legislativo, a colocação em pauta da necessária e urgente da Reforma Administrativa, onde é previsível, a retirada dos salários faraônicos (de marajás) de servidores públicos, em especial o do Judiciário, tentando limitar as vantagens em 20% além da remuneração básica, que possui limites Constitucionais. Medidas urgentes, como a retirada de estabilidades no setor público,

o direito adquirido, retirar exonerações compulsórias com todas as vantagens como se trabalhando estivesse, criar produtividade, extinguir os trabalhos "home office", entre outros malefícios, que não permitem a derrubada dos déficits públicos, pelo empreguismo exagerado e insuportável. Causa estranheza, que o novo Presidente do STF Ministro Fachin, ao arripio do projeto de reforma administrativa, já pediu vistas, avisando, que não deixará o judiciário ser atingido. Certamente, se cada um dos poderes da república, barrar a reforma administrativa, esta jamais irá ocorrer.

De relevante importância, evidenciar, que continua acontecendo, a CPMI das fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS, como também, sobre os empréstimos compulsórios não autorizados. Os nomes dos bandidos já vem sendo divulgados, como também, o nome dos bandidos blindados, mas os valores que estas fraudes atingiram não conseguem ser apurados, como também, não conseguem apurar os caciques do crime, havendo uma proteção injustificável daqueles que tudo sabem e se garantem com medidas liminares de nada falarem para esclarecer. Continua causando muita estranheza, a atuação do COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que não rastreou os bilhões retirados de bancos e levados para paraísos fiscais, passando livremente por aeroportos, como também, causa estranheza a omissão da CGU (Controladora Geral da união) que mesmo sabendo, não atuou para estancar a sangria. A CPMI, certamente irá identificar os servidores da Previdência Social, envolvidos na facilitação corrente e na burocracia parcimoniosa para permitir a destinação das fraudes. Vítimas das fraudes, são incontáveis, mas os destinatários dos valores são poucos nomes, que facilmente já deveriam estar atrás das grades. Povo brasileiro, precisamos ficar atuantes e saber o que vem acontecendo no Brasil e no mundo, pois sempre o povo menos esclarecido, será o maior prejudicado.

Aniversariantes da Semana: 10/10 a 16/10/2025



Luana Bulla, 10/10



Fernanda Andrioli, 10/10



Juliana Mattos Baretta, 10/10



Giulia Bonaldo, 11/10



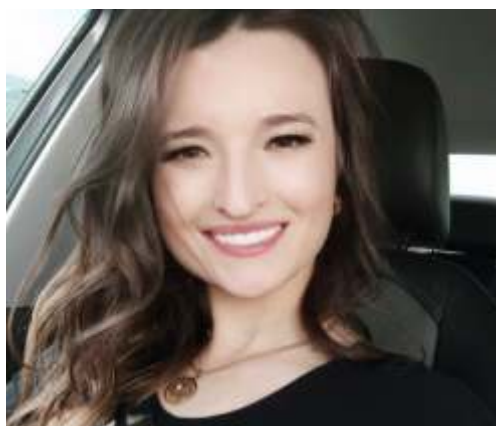
Camilla Batista, 12/10



Soraia Cordazzo, 11/10



Mariane Valmorbida, 13/10



Franciele Fazolo, 13/10



Natalia Dadalt, 13/10



Gabriela Batista, 14/10



Kaley Cuoco, 13/10



Cheila Zarpelon, 16/10

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA É PILAR DE DESENVOLVIMENTO

Seminário exclusivo para gestores públicos, promovido pelo Sebrae/SC, debateu, de 6 a 8 de outubro, em Florianópolis, o papel estratégico da educação como ferramenta para o desenvolvimento territorial sustentável

Com o objetivo de fortalecer a educação como pilar para o desenvolvimento dos municípios, o Sebrae/SC realizou, entre os dias 6 e 8 de outubro, o Seminário Estadual de Educação Empreendedora 2025, em Florianópolis.

O encontro reuniu 326 representantes de municípios, entre eles 63 prefeitos e 9 vice-prefeitos, em três dias de programação voltada à integração e à formação de lideranças públicas.

Impactos

O seminário reforçou o papel estratégico da educação no desenvolvimento territorial sustentável e mostrou, na prática, como uma educação de qualidade, alinhada às demandas do século XXI e orientada para o empreendedorismo, pode fortalecer políticas públicas e gerar impactos concretos na sociedade.

“Acreditamos que a transformação dos nossos municípios passa, fundamentalmente, pela sala de aula. Este seminário foi um momento estratégico de imersão para os gestores públicos. Ao investir na formação de crianças e jovens com mentalidade empreendedora, esta-



Lideranças do Sebrae, do meio político e empresarial marcaram presença no evento, que reuniu membros do Executivo municipal de todas as regiões de Santa Catarina

mos preparando cidadãos mais protagonistas e construindo cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis”, destacou o diretor técnico do Sebrae/SC, Fábio Búrgio Zanuzzi.

Grandes nomes

A programação inspirou, qualificou e instrumentalizou os gestores públicos, reunindo grandes nomes e instituições de referência. A palestra magna de abertura foi ministrada pela economista Zeina Latif, ex-secretária de Desenvolvimento Econômico de São Paulo. Outro destaque foi a palestra sobre Inteligência Artificial na Educação, conduzida por Martha Gabriel, referência em negócios, tendências e inovação na América Latina.

Cases

O evento contou ainda com painéis que apresentaram casos de sucesso de municípios como Acurra, Maфра e Maravilha, debates sobre compras

públicas de inovação com a participação da (Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de representantes do Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Instituto Ayrton Senna, Conselho Estadual de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Junior Achievement e Fundação Getúlio Vargas (FGV) e startups de educação.

Cidade Empreendedora

O programa Cidade Empreendedora, criado pelo Sebrae/SC, visa melhorar o ambiente de negócios dos municípios.

A Educação Empreendedora é um dos pilares de ação da iniciativa, ao lado de Liderança, Desburocratização, Sala do Empreendedor, Inovação, Sustentabilidade e Compras Públicas. Atualmente, 170 municípios catarinenses participam do projeto.

SCGás atua para garantir segurança e eficiência nas obras no subsolo urbano



As apresentações são direcionadas às equipes operacionais, empreiteiras e fiscais de obras

A Gerência de Relações Institucionais da SCGÁS está promovendo visitas às bases operacionais e canteiros de obras para garantir segurança, eficiência e qualidade em todas as operações executadas no subsolo urbano.

A iniciativa busca reforçar as diretrizes do Termo de Ressarcimento Mútuo firmado com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

O termo define mecanismos de compensação financeira em caso de danos durante a execução de obras e visa aumentar a

segurança no subsolo urbano, onde coexistem diferentes redes e dutos. Com o acordo, SCGÁS e CASAN se comprometem a alinhar procedimentos técnicos, capacitar profissionais e reforçar as medidas de prevenção. Até o momento, as apresentações direcionadas às equipes operacionais, empreiteiras e fiscais de obras, foram realizadas nas bases de Criciúma, Joinville, Blumenau e Biguaçu.

Os próximos encontros ocorrerão no Posto Avançado de Lages e no canteiro de obras do Projeto Urbano de Porto Belo.

Sicredi adota Inteligência Artificial para agilizar liberação de créditos de consórcios

O Sicredi, instituição financeira cooperativa com presença em todo o Brasil, implementou uma solução baseada em ferramentas de Inteligência Artificial para acelerar a análise de documentos nos processos de crédito de consórcios.

Com o uso da Inteligência Artificial, o prazo médio para conclusão da análise, que era de cerca de seis dias, foi reduzido para aproximadamente dois dias. “Com essa automação, melhoramos a experiência dos nossos associados, reduzimos a carga operacional das equipes e ampliamos o tempo do gerente de negócios para reforçar o nosso diferencial: o relacionamento próximo e humano”, destaca o diretor de



Diretor de Produtos e Serviços do Sicredi, Thiago Rossoni

Produtos e Serviços do Sicredi, Thiago Rossoni.

A adoção da tecnologia ocorreu em um contexto de forte expansão da instituição. Em 2025, o Sicredi atingiu R\$ 57,8 bilhões em créditos sob gestão. No ano anterior, foram comercializados R\$ 14,9 bilhões em créditos de consórcio, crescimento de 31,9% em relação a 2023.

NÃO ENCONTRA O PROFISSIONAL CERTO PRA VAGA?



Anuncie a vaga em

TRABALHE NA INDÚSTRIA. COM.BR

Anuncie gr

FIESC

FIESC, SESI, SENAI, IEL E CIESC

Cortes de verbas para rodovias federais e lentidão de obras são temas de vários deputados

Cortes de verbas para rodovias federais, obras paralisadas ou em ritmo lento, também em estradas estaduais foram assuntos para pronunciamento de sete parlamentares, a partir do horário destinado à ordem do dia da sessão plenária desta terça-feira (9).

Redução de verbas gera moção de repúdio

O deputado Lunelli (MDB) abriu o debate reforçando a necessidade de encaminhar ao Ministério da Infraestrutura a moção de repúdio ao corte de R\$ 600 milhões em verbas para obras em rodovias federais de Santa Catarina, do orçamento do DNIT-SC. Ele alega que o Estado tem, em proporção ao tamanho da malha rodoviária federal, os mais elevados índices de vítimas fatais e de acidentes. “São 10 mortes a cada 100 quilômetros, mais que o dobro da média nacional”, diz o parlamentar, lembrando que os dados estatísticos revelam uma “tragédia inaceitável”.

Comparação entre administrações

Neodi Saretta (PT) disse que concorda em parte, mas trouxe números sobre investimentos feitos no atual governo, comparado ao anterior. “Lembro que em 2022, foram investidos R\$ 264 milhões. Já no atual governo, foram R\$ 1 bilhão e 30 milhões em 2023, R\$ 1 bilhão e 79 milhões em 2024, e R\$ 916 milhões neste ano”.

Carlos Humberto (PL) entrou no debate para defender a gestão do ex-presidente Bolsonaro, lembrando que o período da pandemia da Covid-19 exigiu investimentos urgentes em vacinas, equipamentos para hospitais, auxílios à população, “portanto não há como comparar”.

Duplicação da BR-280 e promessas

Maurício Peixer (PL) lembrou que a região Norte aguarda desde 2014 a

duplicação da BR-280, onde mais de 50 mil veículos trafegam diariamente no trecho entre Joinville e São Francisco do Sul. “Nós estamos sendo enganados com promessas de duplicação há muito tempo.”

Inferno para usuários na BR-101

Napoleão Bernardes (PSD) iniciou elogiando a eficiência do Contorno Viário da Grande Florianópolis, que após um ano de utilização já desvia 7 mil veículos pesados ao dia, evitando o caos na área metropolitana. Ele lembrou que uma alternativa urgente também precisa ser criada para o trecho Norte da BR-101, entre Itapema e Barra Velha, que ele considera como “um inferno em vida para seus usuários”, reforçando que ali ninguém consegue prever tempo de deslocamento.

O deputado emendou lembrando o esforço do governo catarinense para criar a Via Mar, ou BR-102, e citou também outros gargalos rodoviários, em especial os trechos da BR-470, entre Blumenau e Indaial, e o que segue para o Alto Vale, que sequer tem obras em andamento.

“Devemos lembrar que a reforma tributária recém aprovada passa a valer em 2033, e a competitividade de Santa Catarina só acontecerá com infraestrutura na veia”, destacou Napoleão.

Ponte em Laguna e SC-281

Sérgio Guimarães (União) abordou a necessidade de construção de uma ponte sobre a barra de acesso à Lagoa de Santo Antônio, em Laguna, que hoje tem a comunidade local servida apenas por balsas, com custo de R\$ 24 por travessia. Além disso, o deputado mostrou em vídeo que os serviços costumam ser interrompidos com mau tempo.

Ele também falou da SC-281, no trecho entre São Pedro de Alcântara e Angelina, na Grande Florianópolis. A estrada se transforma num lamaçal em tempo de chuva e as obras de recuperação estão em ritmo lento, “com imensos prejuízos à população local”.

Atenção a contrato no Sul

José Milton Scheffer (PP) pediu atenção do governo à execução do

contrato para pavimentar cerca de 30 quilômetros da SC-108 entre Jacinto Machado e Praia Grande, no Sul do Estado. Lembrou que foram quatro anos desde o início do projeto, passando por recursos para garantir a licitação, até o início das obras, que ele entende “estar em pouco mais de 20% do total a ser executado”. O parlamentar diz que a empreiteira responsável reduziu o pessoal e a morosidade causa prejuízo à mobilidade, “situação que se agrava com a proximidade de uma nova safra”, diz, referindo-se ao potencial agrícola local.

Destaque para instrutor de trânsito

Oscar Gutz (PL), por sua vez, valorizou a atuação do instrutor de trânsito Adilson Firmino Cruz, que trabalha há 51 anos em Rio do Sul na formação de condutores, e mantém um acervo de materiais ligados à atividade. Um vídeo mostrou que Adilson coleciona placas de veículos antigos, até mesmo tracionados por animais, como cavalos, burros e bois, ou de bicicletas.

Força do empreendedorismo

Volnei Weber (MDB) falou sobre iniciativa pessoal para valorizar empresas catarinenses que se destacam no cenário nacional ou internacional. Ele pretende fazer um banco de dados sobre premiações obtidas em 2025 e lembra que inscrições para este fim podem ser feitas por meio de seu gabinete parlamentar, até o final deste mês. “Queremos mostrar a força do empreendedorismo, que cada um conte o seu diferencial”.

Volta da Fenachopp em Joinville

Maurício Peixer também foi à tribuna para valorizar a volta da Fenachopp, tradicional festa de Joinville, que este ano será celebrada entre 25 de setembro e 5 de outubro, nas dependências da Sociedade Rio da Prata. Ele lembrou que além de bandas típicas e culinária oferecida por restaurantes, os visitantes poderão experimentar produtos de cerca de 30 cervejarias artesanais.

Pedro Schmitt Agência AL



Horário de verão não retorna em 2025, anuncia Ministério da Energia

O Ministério de Minas e Energia anunciou que o Brasil não adotará o horário de verão em 2025. A decisão, respaldada por estudos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), reflete a estabilidade dos reservatórios hidrelétricos, que garantem fornecimento energético até pelo menos 2026. A medida, suspensa desde 2019, divide opiniões entre setores econômicos, com comércio e turismo a favor do retorno e indústria e aviação apontando desvantagens logísticas.

A análise do ONS indica que os níveis de água nas hidrelétricas estão superiores aos de 2024, reduzindo a necessidade de economia de energia. O ministro Alexandre Silveira destacou que a volta da medida só será considerada em caso de necessidade técnica.

Economia estimada: Até R\$ 400 milhões em 2024, segundo o ONS.

- Setores favoráveis: Comércio e turismo veem estímulo ao consumo.
- Setores contrários: Indústria e aviação enfrentam custos adicionais.

A decisão mantém a suspensão iniciada em 2019, quando estudos apontaram baixa eficiência energética.

O governo monitora a situação, mas não há previsão para retomada.

Benefícios apontados para o horário de verão

O horário de verão busca reduzir o consumo de energia ao aproveitar a luz solar no fim da tarde. A medida diminui a demanda por iluminação artificial em horários de pico. Comerciantes relatam maior movimento em lojas e restaurantes, enquanto o setor turístico destaca o aumento na sensação de segurança com a luz natural prolongada.

Impactos negativos levantados

A indústria aponta custos operacionais elevados devido à mudança nos horários de turnos. Setores com rotinas fixas enfrentam dificuldades de adaptação. O setor aéreo reporta transtornos logísticos, como ajustes em voos internacionais, exigindo planejamento com até 180 dias de antecedência. A falta de consenso entre os setores econômicos dificulta a retomada da medida. Em 2024, companhias aéreas reforçaram a necessidade de prazos claros para evitar impactos.



Monitoramento contínuo do governo

O Ministério de Minas e Energia acompanha os dados do ONS para avaliar a necessidade do horário de verão. A estabilidade dos reservatórios, com níveis positivos no período seco, foi determinante para a decisão. Estudos apontam que a diversificação da matriz energética, com maior uso de fontes renováveis, reduz a dependência da medida. O governo mantém a possibilidade de retomada, mas prioriza a segurança energética.

Divisão entre setores econômicos

A Associação Comercial de São Paulo defende a volta do horário de verão, citando benefícios para o comércio. Bares e restaurantes relatam maior movimento com a hora extra de luz. Por outro lado, a indústria argumenta que os custos operacionais superam as economias de energia. O setor aéreo enfrenta desafios com a reprogramação de voos, especialmente internacionais.

Histórico da suspensão

Desde 2019, o Brasil não

adota o horário de verão, após análises indicarem baixa economia energética. A medida, tradicional por décadas, perdeu relevância com mudanças no consumo de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) mantém estabilidade com fontes renováveis.

Debate público sobre a medida

A população permanece dividida, com parte valorizando a luz extra e outros apontando dificuldades de adaptação. O governo reforça que a decisão é técnica, baseada em dados do ONS.

Sem horário de verão: governo confirma reservatórios em nível seguro até 2026

O Governo Federal anunciou, por meio da Secretaria de Comunicação, que não há planos para reinstituir o horário de verão em 2025. A medida, suspensa desde 2019, foi descartada devido à estabilidade dos reservatórios de energia e à mudança no perfil de consumo da população. O Ministério de Minas e Energia (MME) informou que o Sistema Interligado Nacional opera em condições favoráveis, com estudos indicando atendimento pleno de energia até fevereiro de 2026. A decisão foi reforçada após reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) em setembro.

A suspensão do horário de verão reflete a ausência de ganhos significativos na economia de

energia, conforme avaliação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O pico de consumo, que agora ocorre à tarde, reduziu a eficácia da medida. O governo, no entanto, não descarta a possibilidade de reavaliar o tema no futuro.

Reservatórios apresentam níveis estáveis, mesmo no período seco.

Consumo energético mudou, com maior demanda à tarde.

Estudos do ONS garantem abastecimento até 2026.

Motivos da suspensão do horário de verão

A decisão de manter a suspensão do horário de verão foi baseada em análises técnicas do setor elétrico. O CMSE constatou que a medida, criada para aproveitar a luz natural, perdeu relevância com as mudanças nos hábitos de consumo.

O MME destacou que os reservatórios estão em condições melhores do que em anos anteriores, reduzindo a necessidade de ajustes nos relógios.

Impacto no setor elétrico

O horário de verão foi instituído pelo Decreto nº 6.558/2008, com vigência entre novembro e fevereiro. A política buscava reduzir o consumo de energia, mas estudos recentes indicam que os benefícios são mínimos.

O ONS apontou que o Sistema Interligado Nacional opera com segurança. A transição energética, com fontes renováveis, também influencia a decisão.

A pasta de Minas e Energia monitora continuamente o setor. Novas avaliações podem ocorrer em 2026.

Contexto histórico da medida

O horário de verão vigorou por décadas no Brasil, com o objetivo de otimizar o uso da luz natural. A prática foi suspensa em 2019, após análises indicarem baixa economia de energia.

O MME afirmou que mudanças climáticas e a adoção de fontes renováveis alteraram o cenário energético.

O governo considera reavaliar a medida no futuro, caso necessário.

A decisão atual prioriza a estabilidade do sistema elétrico.

Avaliação contínua do setor

O MME informou que o CMSE seguirá monitorando o setor elétrico, com foco na segurança do abastecimento. A pasta destacou a importância da transição energética para o planejamento futuro.

Mudanças climáticas e inovações tecnológicas também são fatores considerados nas análises.

Possibilidade de retorno futuro

Embora suspenso, o horário de verão não está completamente descartado. O MME afirmou que o tema será reavaliado periodicamente, conforme as condições do setor elétrico.

Planejamento energético em foco

O governo reforçou o compromisso com a confiabilidade do sistema elétrico. A estabilidade dos reservatórios e a adoção de fontes renováveis são prioridades.

A decisão de 2025 reflete um planejamento baseado em dados técnicos e mudanças no consumo.

Deputados barram aumento de impostos.

Retira de pauta a MP de Lula

A Câmara dos Deputados aprovou requerimento da oposição e retirou de pauta a Medida Provisória 1303/25, que unifica em 18% a tributação sobre todas as aplicações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2026 e aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de algumas instituições financeiras. Foram 251 votos a favor da retirada e 193 contra.

Como a MP perde a vigência à meia-noite de hoje, não haverá tempo para análise em outra sessão. Se passasse pela Câmara, a medida também precisaria ser votada hoje pelo Senado.

Considerada essencial para o equilíbrio fiscal do próximo ano, a MP foi apresentada em junho pelo governo como alternativa ao decreto presidencial que havia elevado o Imposto sobre Transações Financeiras (IOF) em diversas transações. O decreto acabou revogado diante de forte reação política contrária.

O texto original da MP trazia uma expectativa de arrecadação adicional de cerca de R\$ 10,5 bilhões para 2025 e de R\$ 21 bilhões para 2026, diminuída para cerca de R\$ 17 bilhões depois de negociações na comissão mista que analisou o tema.

Sem o dinheiro extra, o governo deverá fazer novo bloqueio nas despesas de 2025, incluindo emendas parlamentares, e para 2026 terá de obter cerca de R\$ 35 bilhões no Orçamento por meio de cortes ou novas receitas de outras fontes, como IPI e o próprio IOF, que podem ter alíquotas aumentadas por decreto.

Acordos

Para viabilizar a votação ontem na comissão mista, o relator da MP, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), desistiu de vários pontos, como a tributação de títulos do agronegócio e imobiliários e até mesmo do aumento do tributo sobre empresas de jogos por quota (BETs), que passaria de 12% para 18%.

Entre os pontos modificados antes da votação na comissão, o relator aceitou aumentar o índice da MP original de tributação de aplicações financeiras de 17,5% para 18% e diminuir de 20% para os mesmos 18% o imposto de juros sobre capital próprio (JCP), que as empresas devolvem aos sócios a título de remuneração do capital investido. O JCP continua assim tributado em 15%.



A MP também tributava inicialmente os títulos imobiliários e do agro em 5%, mas eles continuam isentos, mesmo se a MP tivesse sido aprovada.

Como fica

Confira tributações que continuam iguais com a perda de vigência da MP:

- ações e fundos de ações: 15%;

- operações de mesmo dia (day trade) na bolsa de valores: 20%;

- fundos de renda fixa e vários outros produtos de investimentos sem isenção atual: de 22,5% a 15%, conforme o prazo de permanência do recurso investido;

- instituições de pagamento, administradoras do mercado de balcão organizado, bolsas de

valores, de mercadorias e de futuros, entidades de liquidação e compensação: continuam com CSLL de 9%;

- empresas de capitalização e sociedades de crédito, financiamento e investimento: continuam com CSLL de 15%

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Decisão da Câmara agradou empresários da FIESC e a toda a população brasileira



“Passar a boiada”: ex-ministro do meio ambiente vira réu no STF e pode respingar em SC

Por Luis Fernando F Costa* (advluisfernando4219@gmail.com)

No início de setembro de 2025 o ex-Ministro do Meio Ambiente do Governo Bolsonaro, virou Réu no STF (Supremo Tribunal Federal) em ação envolvendo o conhecido contrabando florestal. O hoje Deputado Federal pelo NOVO – SP, Ricardo Salles, responde ao Inquérito 4.871 que tramita desde 2021. Agora foi autuada como Ação Penal (AP) 2705.

Desde o Inq.4.871 a tramitação teve idas e vindas, com sobrestamento, conflito de competência entre as Varas Federais do Pará e do Amazonas, sobrestamento do processo, com as várias chicanas jurídicas, sempre utilizada pelos GRANDES para procrastinarem os andamentos processuais. De 2021 até hoje, já se passaram mais de quatro anos e, somente, agora, no início de setembro, o “suposto” infrator virou Réu no STF e o caso é relativo aos supostos crimes ambientais. No início, mais de vinte servidores aliados de Salles foram denunciados.

Instado a falar sobre essa situação o, agora Réu, Ricardo Salles, respondeu: “não há nada de novo”, e que o processo “já estava em andamento na primeira instância judicial”.

O STF (Supremo Tribunal Federal) aceitou nesta quinta-feira (4) uma manifestação da PGR (Procuradoria-Geral da República) para tornar o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP) réu em uma ação por “suposto” contrabando florestal.

Na época, 22.12.2020, a Polícia Federal deflagrou, em conjunto com o Ministério Público Federal, a “Operação Handroanthus GLO”, que apreendeu mais de 131 mil m³ de madeira em tora na divisa dos estados do Pará e do Amazonas, o equivalente a 6.243 caminhões lotados de carga. Essa apreensão histórica fez parte das investigações ocorridas a partir de uma balsa retida no Rio Mamuru, em 15 de novembro deste ano, com aproximadamente 2.700 m³ de madeiras nativas do bioma amazônico.

Após a retenção dessa balsa, a Polícia Federal conseguiu conter mais 10 balsas e quatro empurradores que trafegavam pelo mesmo rio, com mais de 7.300 m³. No total já foram apreendidos por volta de 141 mil m³ de madeira em tora e 608 m³ de madeira serrada entre os dois estados do Norte. O valor médio do metro cúbico é de R\$ 388,10. Na época estimou-se o total de R\$ 55 milhões em madeiras apreendidas.

A região amazônica vem sendo monitorada pela Polícia Federal por meio de imagens de satélite, capazes de identificar as áreas de exploração, bem como os locais de embarque e desembarque das cargas. Também são feitos sobrevoos para apontar as coordenadas

geográficas exatas das madeiras extraídas ilegalmente.

A operação foi batizada de “Handroanthus GLO” por ser o nome científico do Ipê, a árvore mais cobiçada por organizações criminosas na Amazônia.

No STF, Alexandre de Moraes, ministro e relator do caso, assina a decisão. Procurado pela CNN, Ricardo Salles informou que “não há nada de novo”, e que o processo “já estava em andamento na primeira instância” judicial.

Segundo investigou a PF (Polícia Federal), havia uma atuação coordenada de servidores do Ministério do Meio Ambiente, indicados por Salles, atuando para permitir “interesses ilegítimos” de empresas madeireiras. Os crimes teriam acontecido na cidade de Altamira, no Pará.

O caso surgiu a partir de uma notícia-crime apresentada pelos ex-deputados federais Joenia Wapichana (Rede-RR) e Alessandro Molon (PSB-RJ), com base em vídeos registrados durante uma reunião ministerial que teria acontecido em abril de 2020.

“A Polícia Federal representou, ainda, pelo deferimento de inúmeras diligências criminais em face de diversos agentes públicos e pessoas jurídicas, em tese envolvidos em grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais”, aponta o documento.

A ação havia sido arquivada no mesmo ano e desarmada um ano depois por Moraes. A denúncia, inicialmente, contemplava 22 pessoas.

Em junho de 2021, Ricardo Salles pediu demissão do cargo de Ministro do Meio Ambiente do Governo Bolsonaro. No mesmo ano, tanto a pasta como o ex-ministro foram alvos de uma operação da PF que culminou no afastamento de dez agentes públicos que ocupam cargos e funções de confiança no Ibama e no ministério.

As investigações apontavam que um despacho emitido permitia a exportação de produtos florestais sem a necessidade de emissão de autorização teria sido feito a pedido de empresas com cargas apreendidas nos Estados Unidos e na Europa.

NOVA ORIENTAÇÃO – De acordo com a nova jurisprudência da Corte (**HC 232627 e INQ 4787**), a prerrogativa de foro, para crimes cometidos no cargo e em razão dele, deve ser mantida mesmo após a saída da função. Moraes acolheu a manifestação da PGR de que, no caso, está configurada a competência do STF, uma vez que as infrações foram praticadas durante a gestão de Salles como ministro de Estado do

Meio Ambiente e têm relação com as funções desempenhadas.

A decisão foi tomada na Petição 8975, agora autuada como Ação Penal (**AP 2705**) e **Número Único: 0112996-75.2025.1.00.0000**. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=7354561>

RESUMO DO CASO – A notícia-crime foi apresentada por parlamentares em 2020 com base em declaração feita por Salles em reunião ministerial em que sugeria “passar a boiada”, referindo-se à flexibilização de normas ambientais.

A pedido da PGR, o procedimento chegou a ser arquivado, mas, com o surgimento de novas provas, foi reaberto. As investigações mostraram a ação coordenada de ocupantes de cargos em comissão do Ministério do Meio Ambiente, indicados pelo ex-ministro para garantir interesses ilegítimos de empresas madeireiras.

Elementos de prova indicaram ainda que esses supostos crimes teriam ocorrido, primordialmente, em Altamira (PA). Com isso, o relator enviou o caso à Justiça Federal paraense. Na primeira instância, em agosto de 2023, a PGR apresentou denúncia contra 22 pessoas, incluindo Salles, que responde por associação criminosa, facilitação ao contrabando de produtos florestais, advocacia administrativa e obstrução à fiscalização ambiental.

POLÍTICOS DE SANTA CATARINA ADVOGARAM EM FAVOR DA LIBERAÇÃO DO CONTRABANDO – A

chamada Agência Pública (apublica.org), à época, publicou reportagem, que forneceu de madeira investigada pela PF contou como se aproximou de Salles para pedir ajuda. A Pública conversou com fontes envolvidas na apreensão de madeira ilegal na Amazônia e revela os bastidores do lobby que provocou a notícia-crime do delegado da PF contra o ministro do Meio Ambiente. Principal alvo da operação, Rondobel acumula mais de R\$ 8 milhões em multas ambientais. Diretores da madeireira fazem parte de associação de exportadores do Pará. Proprietário de terras - griladas, segundo o delegado - diz que tem “parceria” com a Rondobel. Passava pouco das 17 horas do dia 17 de março, quarta-feira, quando o ministro do Meio Ambiente abriu as portas de seu gabinete para um grupo de madeireiros de Santa Catarina. Eles foram apresentados a Ricardo Salles pela deputada federal Caroline de Toni (PSL/SC) e pelo senador Jorginho Mello (PL/SC). O encontro foi agendado pelos dois parlamentares a pedido de empresários catarinenses com extensas terras no Pará, representados pelo vice-presidente regional oeste da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Waldemar Schmitz, e do vereador de Palmitos, Rafael Dutra Dacroce (PP). Na pauta, a maior apreensão de madeira ilegal da Amazônia, realizada durante a Operação Handroanthus GLO pela Polícia Federal.

“Participaram da reunião alguns proprietários rurais, algumas figuras políticas, o Salles com alguma equipe dele. Nós explicamos para ele onde nós ficávamos, o que que nós fazíamos”, contou Rafael Dacroce que é irmão da médica da prefeitura de Chapecó, Francine Cella Dacroce, de 35 anos, proprietária da Fazenda Francine II, que foi alvo da operação.

“Basicamente, foi uma reunião de apresentação onde políticos catarinenses que nos representaram buscaram nossos anseios como figuras públicas políticas que são”, acrescentou Rafael.

Por trás dos empresários, até então desconhecidos por Salles, está uma das principais madeireiras do Pará, a Rondobel Indústria e Comércio de Madeiras, responsável pela extração da maior parte da madeira apreendida pela Polícia Federal na operação. A empresa possui 20 autos de infração registrados no Ibama, de 2001 a 2018, cujos valores chegam a aproximadamente R\$ 8,37 milhões, de acordo com a PF. Em nota pública divulgada em 19 de abril, a Rondobel afirma que “atua rigorosamente dentro da lei”.

Diretores da madeireira integram a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex) que fez lobby para acabar com a necessidade de que o Ibama autorize a exportação de cargas de madeiras retirada das florestas no país, conforme revelou o Intercept Brasil em parceria com o site “De Olho nos Ruralistas”, em reportagem publicada em março do ano passado.

Segundo Rafael, os catarinenses, donos de terras no Pará investigados na operação, possuem “parceria” com a Rondobel. “A empresa pactua e diz: ‘eu ganho tanto, vocês ganham tanto e eu exploro, e vocês me dão a madeira’, tudo certinho”, explicou.

Conforme informações da revista Isto É, à época, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) investigam a ligação de Ricardo Salles com integrantes da família de Walter Dacroce, avô de Francine e Rafael Dacroce, considerado um grileiro profissional. De acordo com a revista, ele serviria como uma espécie de “agente” que localiza terras devolutas e até de aldeias indígenas, viabiliza a grilagem por meio de parentes, incluindo seus filhos, e abre caminhos para que a madeireira Rondobel explore ilegalmente as áreas ocupadas.

“A gente não questiona a ilegalidade do pessoal do Amazonas, eu não posso falar por eles, mas a nossa, no estado do Pará, principalmente do nosso grupo, com a empresa ali, com a Rondobel, esses estão 100% legais”, defendeu o vereador de Palmitos.

SALLES FOI PROCURADO PARA “RESOLVER O PROBLEMA” – Dacroce contou que o grupo catarinense procurou Salles e outros delegados da Polícia Federal para que eles os “ajudassem a resolver o problema” porque estavam “indignados” com a condução da operação liderada pelo ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, o delegado Alexandre Saraiva. “Cada um na sua esfera, cada um na sua competência, ninguém fazendo pré-julgamentos, para ajudar”, observou.

A Agência Pública apurou que empresários da Rondobel se reuniram no dia 28 de janeiro com o então diretor-geral da Polícia Federal, Rolando Alexandre, e o senador Zequinha Marinho, para tratar do assunto. O encontro foi registrado na agenda oficial do delegado.

O senador Zequinha informou, por meio de nota, que, a pedido da Aimex e da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia (Unifloresta), “buscou as autoridades federais como forma de entender o ocorrido na Amazônia, no âmbito da Operação Handroanthus GLO”. “Inclusive, antes de abrir as tratativas com o Ministro Ricardo Salles, o senador tentou diálogo com a diretoria da Polícia Federal e com o Ministério da Justiça. O ministro do Meio Ambiente foi procurado num segundo momento para que ele pudesse ser um agente de entendimento entre as partes”, acrescentou.

Dacroce não revelou os nomes dos empresários que fazem parte do grupo catarinense citado por ele. Não conseguimos contato com Waldemar Schmitz.

A reportagem tentou contato com o senador e a deputada presentes na reunião do dia 17 de março em Brasília. A assessoria de comunicação de Caroline de Toni não deu retorno. A assessoria do senador Jorginho Mello também não informou quem participou do encontro. A Pública também solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a lista de todas as pessoas que participaram do encontro, mas a pasta não respondeu.

Como a reportagem é robusta, na próxima edição, prosseguiremos contando este “suposto” crime ambiental, em respeito ao Princípio Constitucional da **PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA** dos citados na reportagem.

* Luis Fernando F Costa (advluisfernando4219@gmail.com) - Analista-Tributário da Receita Federal, que é do Brasil (Aposentado), Advogado 42019, Perito 7863, Contador 8556, Professor LP2570/93, Reg. Prof. Jornalista 0014425DF e Ativista Social.



Foto do encontro com Salles com os madeireiros postada nas redes sociais do vereador Rafael Dacroce e da deputada Caroline de Toni. (esta foto é pública. - Ass. Luis FFCosta).

Especialistas europeus debatem sobre o impacto da inteligência artificial na formação jurídica

Evento promovido pela Academia Judicial, Esmesc e Univali marca os 40 anos da Esmesc



O seminário “Desafios do Ensino Jurídico na Era da Inteligência Artificial”, promovido pela Academia Judicial (AJ) em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), integrou a programação comemorativa dos 40 anos da Esmesc. O evento reuniu magistrados, desembargadores, professores e servidores do Poder Judiciário para discutir os rumos do ensino jurídico diante dos avanços da inteligência artificial (IA).

O encontro contou com a participação de renomados especialistas europeus. O professor de Direito Público Comparado Maurizio Oliviero e o professor de História da Filosofia Massimiliano Marianelli, ambos da Universidade de Perugia (Itália), além do professor Gabriel Real Ferrer, da Faculdade de Direito da

Universidade de Alicante (Espanha), foram os palestrantes. Juntos, eles trouxeram perspectivas internacionais sobre os desafios éticos, pedagógicos e práticos da incorporação da IA ao ensino jurídico.

O diretor-geral da Esmesc, juiz Rafael Maas dos Anjos, provocou reflexões ao afirmar que a inteligência artificial é uma tecnologia de propósito geral, disruptiva, que obriga a todos a repensar conceitos consolidados. “Ela nos faz refletir sobre como continuar valorizando o que nos é caro, aproveitando-a como ferramenta. Usar essa ferramenta não significa trabalhar menos, mas sim trabalhar melhor, com mais eficácia e resultados. Dentro dessa visão de ensino jurídico, podemos avançar bastante.”

Já o diretor-executivo da AJ, desembargador Luiz Felipe Schuch, destacou o quanto é importante a

capacitação humana para o sucesso da implementação da IA. “Mais do que investir em ferramentas como Gemini, Copair ou ChatGPT, é essencial preparar o profissional do Direito para operar essas tecnologias. Grandes corporações falharam por não investir na capacitação humana. A IA precisa de alguém que a faça funcionar, e só entregará resultados se soubermos interagir com ela adequadamente.”

Nesse contexto, reforçou que recentemente a AJ capacitou mais de mil servidores e magistrados em todas as partes do Estado para uso da IA. “Um dos grandes pontos para nós é justamente a capacitação, para que nosso usuário atue dentro de um parâmetro ético e de responsabilidade, permitindo alcançar, ao fim e ao cabo, aquilo que esperamos da inteligência artificial no Poder

Judiciário, que é a performance. Nós queremos melhorar nossa performance, queremos trabalhar melhor e produzir resultados superiores, e, se possível, alcançar esse objetivo com mais agilidade.”

O professor José Everton da Silva, representando a Univali, falou com sensibilidade e lembrou que a ferramenta não tem paixão. “Quem vai dar a paixão ao Direito com IA seremos nós. Não podemos renunciar a isso. Nós devemos dizer como a IA deve se comportar, não o contrário, senão ela nos arrebatará a paixão e aí poderá ser o início do fim.”

Criação do Núcleo de Estudo e Pesquisa Direito, Literatura e Memória

Durante o evento, também foi apresentado o Núcleo de Estudo e Pesquisa Direito, Literatura

e Memória (NEP), iniciativa da Academia Judicial em parceria com a Comissão de Gestão da Memória do TJSC, a Academia Catarinense de Letras e a Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

O NEP será uma unidade permanente voltada à preservação, investigação e difusão da memória institucional e social da Justiça, articulando saberes do Direito, da Literatura e da História. Esse Núcleo pretende consolidar metodologias de preservação documental, arquivística e museológica, além de fomentar projetos culturais e educativos que aproximem o Judiciário da sociedade.

Entre as ações previstas estão concursos literários, círculos de leitura, produção de biografias jurídicas e narrativas literárias baseadas em memórias orais de magistrados e servidores.



Na Portalmed oferecemos serviços integrados, como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PMCSO).

Também realizamos exames ocupacionais e treinamentos específicos para atender às necessidades das empresas.

Entre em contato pelo WhatsApp
(49) 3521-2799 e invista na segurança e
saúde do seu time com a Portalmed SST!

Somos a
parceria
segura que
**orienta e
transforma!**



Projeto de CNH mais acessível tem potencial de economizar até quatro meses de trabalho dos catarinenses

Período considera que cidadãos destinem 30% da renda mensal para esse fim, percentual usado em cálculos da Febraban sobre endividamento. Proposta do Governo do Brasil prevê redução de até 80% no custo da CNH



O cidadão catarinense que pretende tirar a primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH) precisa trabalhar, em média, mais de quatro meses e meio. É a 16ª Unidade da Federação onde mais se demora para conseguir o dinheiro da primeira CNH em todo o Brasil.

O cálculo, feito pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), se baseia em critério de referência utilizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em estudos sobre o endividamento das famílias no Brasil. Segundo a Febraban, comprometer cerca de 30% da renda mensal com um objetivo específico – como pagar uma dívida ou financiar um bem – é o limite considerado saudável para manter o orçamento equilibrado. Acima disso, a situação financeira pode ficar mais apertada e aumentar o risco de inadimplência.

Em Santa Catarina, o valor da CNH A+B é de R\$ 3.404,36 e a renda média per capita fica em R\$ 2.601. Comprometendo-se 30% dessa renda, tem-se R\$ 780,30 por mês para juntar até conseguir dar entrada no processo de obtenção da habilitação. Dessa forma, um catarinense levaria 4,36 meses para conseguir o dinheiro necessário.

DESIGUALDADE

– O cálculo reflete não somente o esforço que os brasileiros têm que fazer para conseguir a primeira habilitação, mas a desigualdade regional. O Distrito Federal, por exemplo, lidera tanto em renda média per capita (R\$ 3.444) quanto em número de condutores habilitados, com aproximadamente 5 mil por 10 mil habitantes, além de exigir menos tempo de comprometimento do orçamento

para o processo, cerca de 2 meses. Já estados do Norte e Nordeste, como Maranhão, Piauí e Amazonas, registram os menores números de habilitados, entre 1 mil e 2 mil a cada 10 mil habitantes, têm renda média inferior a R\$ 1,5 mil e maior tempo para conseguir pagar a CNH.

CNH MAIS ACESSÍVEL

– O processo atual para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação pode superar R\$ 4,4 mil e leva quase um ano para ser concluído, o que empurra inúmeros brasileiros para um cenário excludente e perigoso: atualmente 20 milhões de pessoas dirigem sem CNH.

O projeto do Governo do Brasil, por meio do Ministério dos Transportes, busca exatamente isso: reduzir desigualdades e ampliar o acesso à habilitação, com uma redução de até 80% no custo para obtenção da carteira nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio).

COMO BARATEAR

– Hoje, a maior parte do que o candidato gasta para obter o documento – cerca de 80% do total do valor – corresponde às aulas oferecidas pelas autoescolas.

Com o novo modelo, o cidadão terá a liberdade de escolher onde e como fazer essas aulas preparatórias, que poderão ser realizadas tanto nas autoescolas quanto em curso teórico oferecido gratuitamente pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). A parte prática poderá ser feita com instrutores autônomos devidamente credenciados pelos Detrans, porém não haverá obrigatoriedade de carga horária mínima, como ocorre atualmente.

Por Fernando Frazão/Agência Brasil

PARTICIPAÇÃO POPULAR
– Toda a população, o setor produtivo e as entidades envolvidas podem contribuir com sugestões

para a construção do projeto pela plataforma Participa + Brasil. O prazo se encerra no dia 2 de novembro.



O ALTO CUSTO DA CNH NO BRASIL

Projeto do Governo do Brasil pretende reduzir até 80% do custo para obtenção da CNH nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio).

Sugestões para a construção do projeto podem ser enviadas pela plataforma Participa + Brasil até o dia 2 de novembro.

Veja quantos meses de trabalho um cidadão leva para pagar a CNH atualmente:

Unidade da Federação	Valor da CNH A+B	Renda média per capita	Meses de Renda (comprometendo 30%)
Acre	R\$ 3.302,33	R\$ 1.271	8,66
Alagoas	R\$ 1.350,00	R\$ 1.331	3,38
Amapá	R\$ 2.800,00	R\$ 1.514	6,16
Amazonas	R\$ 2.706,67	R\$ 1.238	7,29
Bahia	R\$ 3.467,83	R\$ 1.366	8,46
Ceará	R\$ 2.315,50	R\$ 1.225	6,30
Distrito Federal	R\$ 2.132,67	R\$ 3.444	2,06
Espírito Santo	R\$ 1.433,00	R\$ 2.111	2,26
Goiás	R\$ 1.880,00	R\$ 2.098	2,99
Maranhão	R\$ 2.300,00	R\$ 1.077	7,12
Mato Grosso	R\$ 2.372,53	R\$ 2.276	3,47
Mato Grosso do Sul	R\$ 3.525,00	R\$ 2.169	5,42
Minas Gerais	R\$ 2.998,97	R\$ 2.001	5,00
Pará	R\$ 1.750,00	R\$ 2.484	4,34
Paraíba	R\$ 1.366,67	R\$ 1.401	3,25
Paraná	R\$ 2.913,33	R\$ 2.482	3,91
Pernambuco	R\$ 2.870,50	R\$ 1.453	6,58
Piauí	R\$ 1.788,50	R\$ 1.350	4,42
Rio de Janeiro	R\$ 2.166,00	R\$ 2.490	2,90
Rio Grande do Norte	R\$ 2.290,00	R\$ 1.616	4,72
Rio Grande do Sul	R\$ 4.437,77	R\$ 2.608	5,67
Rondônia	R\$ 1.766,67	R\$ 1.717	3,43
Roraima	R\$ 2.744,32	R\$ 1.538	5,95
Santa Catarina	R\$ 3.404,36	R\$ 2.601	4,36
São Paulo	R\$ 1.433,33	R\$ 2.662	1,79
Sergipe	R\$ 2.110,57	R\$ 1.473	4,78
Tocantins	R\$ 2.496,33	R\$ 1.737	4,79

Fonte: Detrans, CFCs e IBGE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO